



DECRETO Nº 11.503

295

Dispõe sobre a Lei 7592, de 10 de janeiro de 1995, disciplina o funcionamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento instituído pela Lei Complementar nº 315, de 6 de janeiro de 1994.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o que dispõe o artigo 71 e seguintes do Título VII da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964,

## D E C R E T A :

Art. 1º - O Fundo Municipal de Desenvolvimento - FMD, instituído pela Lei Complementar nº 315, de 6 de janeiro de 1994, reger-se-á por este Decreto e demais atos normativos que regem o funcionamento dos fundos municipais.

## CAPÍTULO I

## DOS OBJETIVOS, DOS RECURSOS E DE SUA APLICAÇÃO

Art. 2º - O FMD, fundo de natureza contábil, especial, é um instrumento de política urbana destinado, prioritariamente, a financiar a política habitacional, nos termos do capítulo IV, Título V, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

.....

| PUBLICAÇÃO |          |      | REPUBLICAÇÃO |      |      | PROCESSO | P.E. | P.L. | RUBRICA |
|------------|----------|------|--------------|------|------|----------|------|------|---------|
| FONTE      | DATA     | PAG. | FONTE        | DATA | PAG. |          |      |      |         |
| DOPA       | 21-05-96 | 03   |              |      |      |          |      |      |         |



Art. 3º - Serão levados a crédito do FMD:

I - O montante estimado relativo a taxa de licenciamento de construção, calculado com base no custo unitário básico da construção ou em outro índice que venha a substituí-lo;

II - Os recursos auferidos com a aplicação do Instituto do Solo Criado e da alienação da reserva de índices;

III - Dotação orçamentária especificada no orçamento anual do Município;

IV - Contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores públicos ou privados, bem como de organismos nacionais ou internacionais;

V - Os recursos auferidos com as contribuições mensais obrigatórias decorrentes da aplicação das Leis Complementares nºs 242, de 9 de janeiro de 1991 e 251, de 25 de julho de 1991;

VI - Recursos provenientes de fundos estaduais ou nacionais;

VII - Os recursos auferidos com a aplicação do previsto no parágrafo único do artigo 11 da Lei Complementar nº 312, de 29 de dezembro de 1993;

VIII - Rendas provenientes da aplicação de seus recursos, bem como de outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 4º - Os recursos do FMD serão aplicados:

I - na execução de programas habitacionais em áreas públicas ou privadas, incluindo obras e serviços de urbanização, melhorias habitacionais em núcleos de subabitação e demais ações necessárias para cumprir as diretrizes constantes nos artigos 229 e 234 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre;

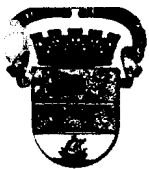
II - na remoção de moradias em área de risco e reassentamentos;

III - com despesas cartoriais e de registros decorrentes do processo de regularização fundiária, bem como com as desapropriações que se fizerem necessárias;

IV - com a contratação de serviços, convênios, ou termos de cooperação referentes à execução de projetos habitacionais e de regularização fundiária;

V - na implantação de obras viárias e de saneamento em regiões carentes da cidade, bem como na complementação da infra-estrutura da cidade;

*[Handwritten signature]*



VI - investimentos na construção de albergues para crianças, adolescentes e casas de passagem, para fins de enfrentamento de situações decorrentes de problemas habitacionais;

VII - na execução de outras políticas atinentes à questão habitacional, definidas pelo COMATHAB;

VIII - em programas de recuperação de cortiços, em especial daqueles cuja arquitetura seja significativa para o patrimônio histórico e cultural da cidade.

## CAPÍTULO II

### DA GESTÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 5º - o FMD, será administrado através das seguintes instâncias:

I - por uma junta administrativa, composta pelos titulares ou representantes do DEMHAB, SMF, SPM, como órgão de coordenação e controle;

II - pelo Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação e Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - CMPDDU, como órgãos propositivos e de fiscalização.

Parágrafo único: as atividades executivas da junta administrativa serão operacionalizadas por uma unidade administrativa da estrutura organizacional do DEMHAB.

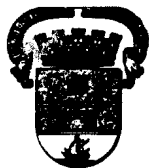
Art. 6º - À Junta Administrativa do FMD, compete:

I - definir os percentuais a serem aplicados no Programa Habitacional, e na implantação de equipamentos comunitários e infra-estrutura prevista no PDDU;

II - apreciar, previamente, a proposta orçamentária do Fundo, seu plano de aplicação e sua programação financeira;

III - fixar as diretrizes operacionais do FMD;

IV - propor ao COMATHAB e ao CMPDDU, alternativas para fixação de prioridades na execução dos programas e projetos financiados pelo FMD;



298

.....  
04

V - convocar, quando necessário, os responsáveis pela execução dos projetos financiados com recursos do FMD.

Parágrafo único - A Junta reunir-se-á uma vez por mês ou, extraordinariamente, por iniciativa de qualquer um de seus membros.

Art. 7º - Compete ao COMATHAB e CMPDDU propor a destinação dos recursos, até o limite do percentual definido pela Junta Administrativa.

§ 1º - Ao COMATHAB caberá o atendimento dos incisos I, II, III, IV, VI, e VII do artigo 4º deste Decreto, quando da definição da destinação dos recursos;

§ 2º - Ao CMPDDU, caberá o atendimento ao que dispõe os incisos V e VIII deste Decreto.

Art. 8º - Compete ao Diretor Geral do DEMHAB:

I - encaminhar anualmente ao Prefeito o relatório anual sobre a gestão do Fundo;

II - encaminhar, nas épocas aprazadas, demonstrativos e prestação de contas, planos de aplicação de recursos e outros documentos informativos, necessários ao acompanhamento contábil-financeiro dos órgãos de controle interno do Município;

III - autorizar expressamente todas as despesas e pagamentos à conta do FMD;

IV - convocar e presidir as reuniões da Junta Administrativa.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º - As contas do FMD serão examinadas pela Auditoria Geral do Município e aprovadas pelo Prefeito, que enviará anualmente, à Câmara Municipal, o relatório consolidado de gestão do FMD.



299

.....  
05

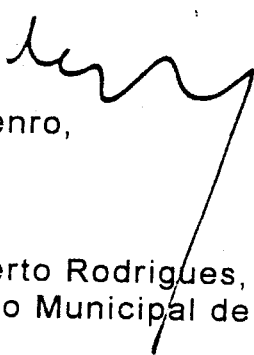
Art. 10 - Os saldos e obrigações do FMDU serão transferidos ao FMD e a aplicação dos recursos obedecerá ao disposto na Lei 7542, de 02 de dezembro de 1994.

Art. 11 - As normas gerais de procedimentos relativos a operacionalização do FMD, são as contidas no Decreto nº 10573, de 07 de abril de 1993.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

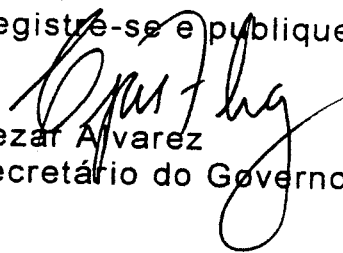
Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 16 de maio de 1996.

  
Tarso Genro,  
Prefeito.

Luiz Alberto Rodrigues,  
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.

  
Cezar Alvarez  
Secretário do Governo Municipal.